



# o jornal do **SINTE**

I  
M  
P  
R  
E  
S  
S  
O

Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina - Nº 24 - Outubro/2000

PCCS

É agora ou nunca.  
Vamos ficar atentos!

Página 07

FOTO: Herminio Nunes

**34**  
ANOS DE LUTA

Greve dos trabalhadores em Educação  
desmascara governo

Página 02

# Greve do magistério desmascara e desgasta o governo

FOTO: Mylene Margarida

A greve do magistério público estadual, deflagrada no dia sete de abril e suspensa pela Assembleia Estadual do dia sete de junho, ocorreu num momento em que a categoria não conseguia ver mais perspectivas de melhoria salarial e das condições de trabalho. O magistério encontrava-se com quase cinco anos de salários congelados, recebendo um piso de R\$ 277,00, enquanto a Lei do FUNDEF (Fundo Nacional de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental) previa um piso de R\$ 744,00.

Os três meses de salários atrasados, deixados pelo governo anterior e ignorados pelo atual, também contribuíram para a deflagração da greve, à medida em que os juros das dívidas contraídas naquele período pelos trabalhadores/as em Educação iam perdendo o controle e a quitação dos empréstimos tornava-se cada vez mais impossível.

O governador Esperidião Amin já havia mostrado as garras, sempre sintonizado com o governo de Fernando Henrique, mentindo, descaradamente, ao dizer que não tem dinheiro para conceder reposição salarial ao funcionalismo público, mas, por outro lado, quitando dívidas de bancos privados, pagando juros altíssimos das dívidas externa e interna, e permitindo a sonegação de ICMS, como vem acontecendo até hoje, no estado. O SINTE/SC conseguiu mostrar a toda a sociedade que condições financeiras e legais para concessão de reajuste salarial existiam, o que faltava era vontade política do governo.

A greve do magistério foi inevitável. E trouxe ganhos, ainda que superficiais. Sem essa greve, não se estaria discutindo, hoje, a reformulação do Plano de Carreira, Cargos e Salários do Magistério. Também não haveria possibilidades da implementação do vale-alimentação para o ano 2001 e nem teriam sido pagas as promoções de 99, além disso, os salários atrasados continuariam seguindo aquele cronograma imposto pelo governo Amin. Foi conquista da greve, também, a aprovação da resolução 023/00 do Conselho Estadual de Educação, que garante discussão e autonomia da comunidade escolar para definição do critério de avaliação escolar, a devolução dos salários descontados e a não inclusão das faltas da greve nas fichas funcionais.

70% trabalhadores em Educação de todo o estado aderiram à greve

Mas, a grande conquista foi o desgaste político da Coligação Mais Santa Catarina, principalmente do governo Amin, pois o movimento grevista conseguiu mostrar aos catarinenses que a ética, a transparência e a honestidade desse governo são apenas palavras colocadas no papel e divulgadas da boca para fora nos discursos eleitores durante as campanhas. E a comprovação do desvio dos recursos do FUNDEF foi mais um golpe que desmascarou o governo e contribuiu para o seu desgaste político.

Durante toda a greve o governo não efetivou uma negociação. Apenas fez promessas num dia e as desfez no outro, mostrando total desrespeito aos/as trabalhadores/as e muitos dos quais

seus próprios eleitores/as. Acreditando nas promessas do governo, parte da categoria retornou as suas atividades, mesmo sem deliberação do Sindicato, o que levou ao esvaziamento da greve.

Na audiência em que seria discutido o valor do vale-alimentação e a quem seria concedido a Secretária da Educação mentiu publicamente e descaradamente, que não havia garantido nada à categoria, e afirmou ser um equívoco de interpretação. O governo do estado mostrou que é um governo neoliberal, da mentira, do desvio, da demagogia, mas principalmente, da subserviência a FHC.

Mas, é importante considerar que o magistério estava lutando não apenas contra governo Amin, mas contra uma política mundial imposta ao Brasil pelos neoliberais, com metas claras de sucateamento dos serviços públicos e exclusão social, com estratégias questionáveis eticamente. Por isso, já se esperava por uma greve longa e difícil.

O magistério reiterou, nessa greve, que é uma categoria autônoma, responsável e digna de confiança pela sociedade, na defesa da escola pública de qualidade social. A luta pela conquista da valorização do magistério continuará sempre. Sejam quais forem as estratégias para atingir os objetivos, serão com a mesma garra e o apoio da comunidade com o qual os/as trabalhadores/as em Educação enfrentaram os 66 dias de greve. Pois, esta luta é de todos!

*Parabéns, professor!*

trabalho e formação profissional.

Qualquer pessoa que pensa em sua trajetória pessoal, quase sempre lembra das escolas em que estudaram e dos professores que marcaram sua vida.

Quantas vezes é atribuído a um/a professor/a os incentivos determinantes para a escolha de uma profissão ou para o desenvolvimento de determinadas qualidades?

A importância do/a professor/a na vida de todos é certamente muito maior do que fazem supor as políticas educacionais impostas por governantes insensíveis às necessidades da Educação brasileira.

Apesar dos baixos salários e das precárias condições de trabalho, os/as professores/as superam-se no esforço de dar cada vez mais qualidade à escola pública e contribuir para a comunidade que o cerca perpetuando-se, geração após geração, na memória coletiva do nosso povo.

# Desafios do magistério para o próximo século

O magistério público de Santa Catarina vai entrar o século XXI com muitos desafios. Entre eles a luta contra as políticas neoliberais dos atuais governos, que desempregam, arrocham salários, tiram direitos, massacram trabalhadores em detrimento do empresariado e de banqueiros, vendem patrimônios dos brasileiros, e sucateiam o serviço público.

O Ensino público é um dos principais alvos dos ataques de Fernando Henrique e Esperidião Amin. Enquanto o governo federal gasta mais de R\$ 130 bilhões, num único ano, com pagamento dos juros da Dívida Externa, o investimento em Educação, no mesmo período, é de apenas R\$ 9 bilhões. Em Santa Catarina a realidade não é diferente. A sonegação de ICMS não é combatida – a dívida dos empresários catarinenses chega a R\$ 2 bilhões – e os gastos com publicidade, previstos no orçamento deste ano são

em torno de R\$ 3,8 milhões. E como se isso não bastasse, o governo conseguiu a aprovação da Lei do REFIS, que concede mais isenções aos devedores do ICMS (maiores prazos e descontos consideráveis).

Enquanto isso, a Educação sobrevive às custas de professores mal remunerados, desestimulados, muitos dos quais sem a qualificação mínima necessária (veja quadro abaixo), escolas caindo aos pedaços, falta de material didático-pedagógico, etc....

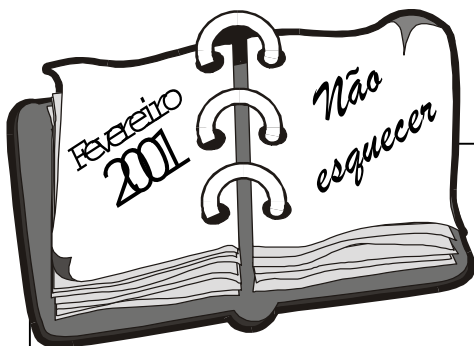
Diante disso, o magistério não tem outra alternativa, a não ser iniciar o ano letivo em pé de guerra. A categoria deve iniciar o ano de 2001 dando continuidade à greve de 66 dias, ocorrida nos meses de abril a junho

deste ano. E vai manter grande parte das bandeiras de luta que deflagraram a greve deste ano: piso de R\$ 744,00, vale-alimentação, gestão democrática e reversão do reordenamento escolar.

A retomada da greve será discutida primeiramente nas escolas, com pais e alunos, durante o mês de outubro, e em seguida, nas plenárias regionais que estão marcadas para o mês de novembro: dia 11, no Grande Oeste; 18, no Vale e Norte; e 25, em Florianópolis, Sul e Lages.

No próximo ano, na primeira semana em que o professor apresentar-se nas escolas, serão realizadas assembleias regionais e o Congresso Estadual do SINTE, onde será definida a retomada da greve.

ENSINO FUNDAMENTAL			
Professores Efetivos	14.773		
Professores ACTs	16.337	Habilitados	7.471
		Não habilitados	8.866



## CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE

**ANOTE NA SUA AGENDA:** em fevereiro, no início do ano letivo, será realizado o VII Congresso Estadual do SINTE, com dia e local a serem definidos nos próximos meses.

Fique atento e participe das discussões, plenárias e assembleias que serão realizadas em sua região. Acompanhe a programação pela Coluna do SINTE, que sai todas as terças-feiras no jornal A Notícia. A participação de todos é imprescindível nesse processo para garantir novas conquistas para os trabalhadores em Educação. É muito importante, também, lutar pela unificação do calendário escolar, para que as discussões, na volta às aulas, sejam feitas todas no mesmo período.

## Governo continua desviando recursos do FUNDEF

O Governo do Estado continua desviando os recursos do FUNDEF com pagamento de aposentados, mesmo após o Tribunal de Contas e o Conselho Estadual de Fiscalização, decidirem que não pode.

De janeiro a maio deste ano, sobrou no Caixa do FUNDEF, dos 60% destinados a pagamento de professores, o montante de R\$ 28,4 milhões, o equivalente a 2 folhas de pagamento. Nessa lógica, até dezembro, vai sobrar o equivalente a 5 folhas de pagamento. O que daria para



pagar, tranquilamente, o piso de R\$ 744,00 aos professores.

Com os demais níveis de ensino (infantil, educação especial, jovens e adultos e médio) o governo não gasta mais de 8 milhões/mês. Os 25% da Educação em Santa Catarina representam um montante maior de R\$ 50 milhões, sem considerar os recursos do Salário Educação. Por isso pode-se afirmar que existem recursos para conceder reposição salarial aos professores, falta vontade política do governo.

### ATENÇÃO

Comece a discutir e a organizar a resistência contra o reordenamento de sua escola

## DIÁRIO DA GREVE

**10/02 - Conselho Deliberativo do SINTE tira indicativo de greve, que foi discutido nas assembleias regionais ocorridas em março.**

**06/04 - Reunião Do Conselho Deliberativo do SINTE, decide, com base nas decisões das Assembleias Regionais realizadas em todo o estado durante a segunda quinzena de março, propor greve geral da categoria por tempo indeterminado.**

**07/04 - É deflagrada greve geral do magistério a partir do dia 10 de abril, em Assembleia Estadual, realizada na Astel, em Florianópolis, que reuniu cerca de 2000 professores. A pauta de reivindicação do magistério é a seguinte: reajuste salarial; piso de R\$ 744,00, com base na Lei do FUNDEF; pagamento imediato dos atrasados de outubro, novembro e dezembro de 98; pagamento das promoções de 96 e 99; vale-alimentação; tabela única para funcionários de escolas; contra o reordenamento do Ensino e a mudança no sistema de avaliação dos alunos. Nesse mesmo dia é realizado ato público em Florianópolis, com passeata até a Secretaria da Educação.**

**10 e 11/04 - São realizadas reuniões com pais e alunos sobre os motivos da greve.**

**11/04 - Audiência com os secretários da Educação, Miriam Schlikimann, e da Administração, Celestino Secco. Na oportunidade, a presidenta do SINTE, professora Marta Vanelli, apresenta os cálculos salariais da categoria, realizados pela entidade com base na Lei do FUNDEF e diz que o governo desviou recursos do Fundo. O Secretário Celestino Secco, reconhece os números apresentados pela presidenta do SINTE. Concorda com os dados apresentados, mas se declara insuficientemente informado sobre a Lei para**

discuti-la naquele momento. Solicita tempo para buscar informações com suas assessorias jurídica e financeira, e compromete-se em marcar nova audiência.

13/04 - O Comando Estadual de Greve reúne-se para fazer uma avaliação do movimento no estado. De acordo com informações das regiões a adesão ao movimento chega a 40%. As regiões com maior adesão são: Grande Florianópolis, Criciúma, Blumenau e Oeste, com 70% de adesão. É montada uma banca ao lado da Secretaria da Educação, com informações sobre a situação do magistério em Santa Catarina, que passa a funcionar todos os dias durante a greve.

14/04 - O Comando de Greve surpreende-se, em Chapecó e em Criciúma, ao chegar nas escolas das regiões e encontrar policiais militares nos portões a fim de barrar a entrada dos grevistas.

17/04 - São realizadas visitas às escolas para chamar os professores ao movimento, e reunião com os pais a fim de explicar a situação da categoria.

18/04 - Os secretários da Educação e da Administração recebem o SINTE, mas só dizem não às reivindicações do magistério e acabam entregando a prova do desvio do FUNDEF. São realizadas Assembléias Regionais em todo o estado. A adesão dos professores à greve chega a 50%.

24/04 - O SINTE entrega uma representação sobre o desvio do FUNDEF ao presidente do Tribunal de Contas do Estado.

25/04 - O Governador Esperidião Amin recebe o SINTE em seu gabinete, mas não apresenta nenhuma proposta. Limita-se a afirmar que o estado não tem

FOTOS: M

FOTO 01

FOTO 02

A greve do magistério contou com o apoio dos alunos...

As passeatas unificadas movimentaram o Centro de Florianópolis

# GREVE DO MAGISTÉRIO

FOTO 04

...e dos pais de alunos, que

Assembléia do dia 7 de abril deliberou pela greve

ARQUIVO BLUMENAU

FOTO 07

FOTO 08

Em Blumenau, os grevistas fizeram manifestação na praça que leva o nome da cidade

Em Chapecó, os grevistas fizeram manifestações no Centro

FOTOS: Mylene Margarida/Hermínio Nunes



ro de Florianópolis

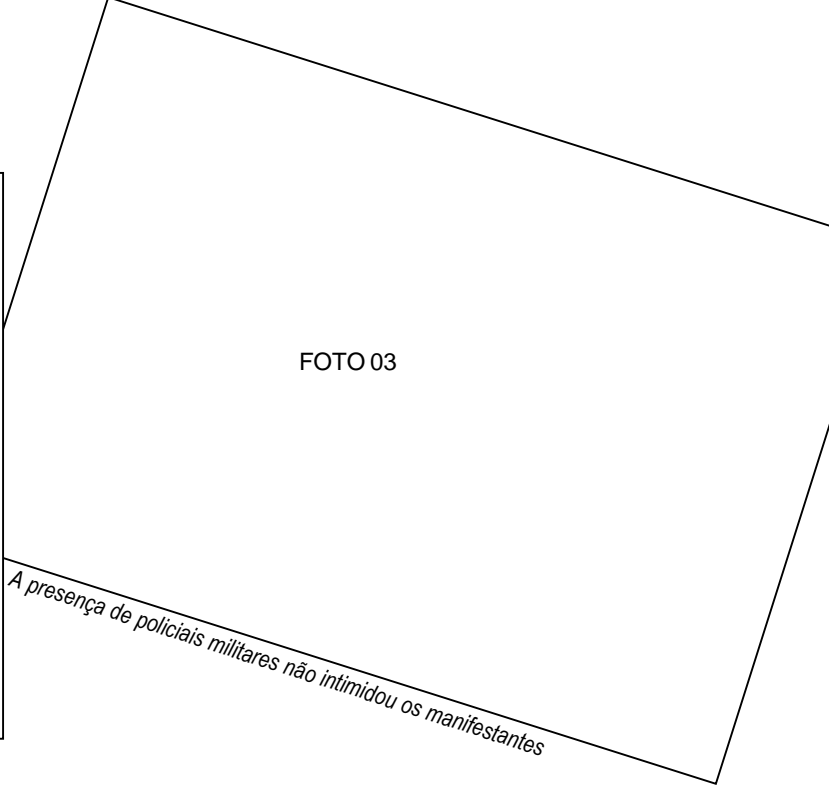


FOTO 03

A presença de policiais militares não intimidou os manifestantes

dinheiro. A adesão à greve chega a 60%.

27/04 - É realizado um grande ato público, com participação de mais de cinco mil professores em três regiões do estado: Florianópolis, Chapecó e Blumenau. Após unirem-se aos manifestantes contra a violência da Polícia militar no dia 22 de abril, seguem até a Assembléia Legislativa, onde ocupam as galerias e protestam contra o descaso do governo com o magistério e Ensino público em Santa Catarina, durante a solenidade de comemoração dos 500 anos do Brasil. O presidente da AL, deputado Gilmar Knaesel, fica irritado e decide suspender a solenidade, retirando-se do Plenário. O SINTE entrega representação sobre o desvio do FUNDEF ao Ministério Público.

03/05 - O Comando Estadual de Greve reúne-se durante todo o

# MAGISTÉRIO EM FOCO

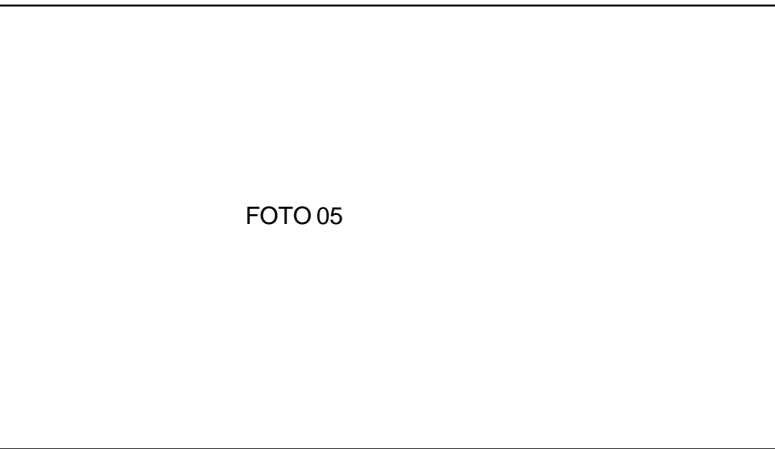


FOTO 05

e alunos, que foram pedir abertura de negociação ao governo

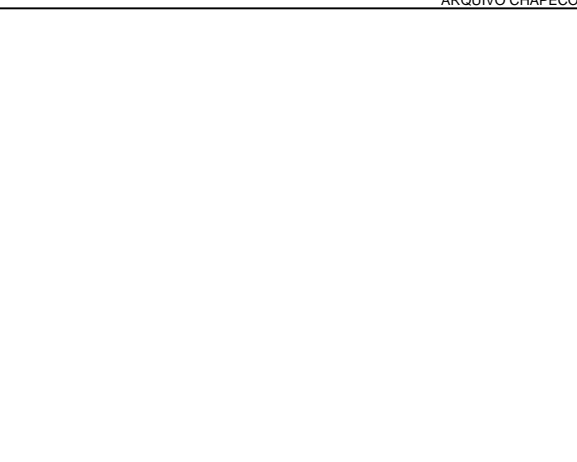


FOTO 06

Grevistas montam barraca em Frente à SED para recolher donativos

dia e faz uma avaliação positiva do movimento grevista.

04/05 - É realizado ato público estadualizado em Florianópolis, desta vez unificado com os servidores federais, Movimento dos Sem-Terra e demais categorias em campanha salarial. Participam do ato cerca de 8 mil trabalhadores. Funcionários da Celesc, Casan, Ciasc e parte dos bancários paralisam suas atividades durante uma hora em solidariedade à greve do magistério. É um movimento de solidariedade inédito no estado. O Congresso Nacional aprova a Lei de Responsabilidade Fiscal.



ARQUIVO CHAPECÓ

ões no Centro da cidade

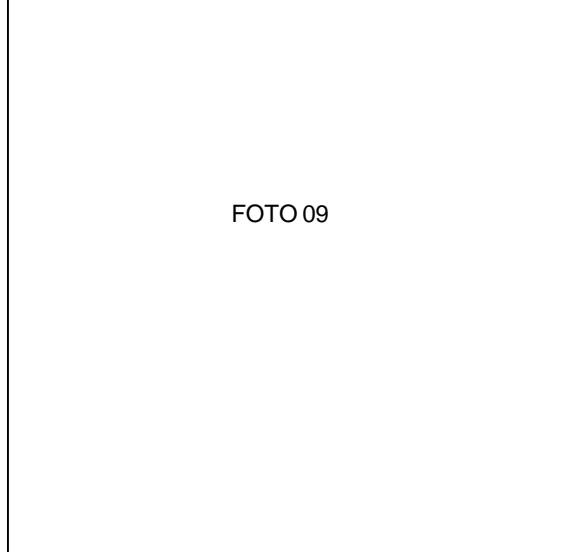


FOTO 09

Professores fazem protestos em frente à Secretaria da Educação

- Pais de alunos, sentando 20 regiões do o, vão até o Palácio Santa ina a fim de pressionar o

governo a atender as reivindicações dos professores. Eles solicitam audiência com o governador, mas são recebidos pelo secretário da Administração, Celestino Secco, que se limita a afirmar que o estado não tem dinheiro. Ele também nega-se a marcar audiência de negociação, prometida na semana anterior.

**10/05 - Os professores em greve decidem ocupar as CREs em várias regiões do estado: Florianópolis, Criciúma, Chapecó, Joinville e Rio do Sul. Nas regiões em que não há ocupação são realizadas outras atividades. Em Araraguá é distribuída carta aberta à população; em Canoinhas, passeata seguida de ato público em frente à CRE; em São Miguel tem arrastão nas escolas, que leva ao aumento da adesão; nas regiões de Blumenau, Lages e Caçador são feitas atividades em frente às CREs, com entrega de documento aos coordenadores, pressionando o governo a apresentar uma proposta positiva ao magistério. A adesão à greve sobe para 70%.**

**11/05 - O governo do estado envia documento ao SINTE para informar que mantém 'a disposição de diálogo, na medida em que uma das partes apresentar nova proposição viável legal e financeiramente'. Os professores retiraram-se da CRE de Florianópolis por imposição de ação judicial. A CRE de Blumenau é ocupada pelos grevistas.**

**12/05 - O Comando Estadual de Greve decide apresentar nova proposição ao governo do estado, a fim de garantir uma efetiva negociação. O SINTE envia ofício para a Secretaria da Educação a fim de solicitar audiência para apresentar a proposição. O governo perde o pedido de reintegração de posse da CRE de Chapecó e os professores permanecem acampados no local.**

**16/05 - O SINTE pede intermediação dos líderes dos partidos na Assembléia Legislativa para abrir canal de negociação com o governo. O Comando de Greve entrega à secretária Miriam Schlikimann a nova proposição do magistério, na presença dos líderes, na presidência da Assembléia**

# Governo fora-da-lei

O Governo do estado, baseado nas políticas neoliberais implantadas no país por Fernando Henrique, tem intenção de privatizar o Ensino público. E, para que o povo catarinense não possa, a princípio, desconfiar desse objetivo, implanta reformas aleatórias e graduadas. Por isso estão sendo feitas mudanças como nucleação das escolas, absorção pelos municípios dos Ensinos Infantil e Fundamental, a perda da inamovibilidade dos trabalhadores em Educação, reordenamento das escolas de nível médio, aplicação dos PCNs, mudança das grades curriculares do Ensino Médio, classe de aceleração, semestralidade e, neste ano, a alteração dos critérios de avaliação dos/as alunos/as em pleno ano letivo.

A Secretaria da Educação restringiu a discussão sobre a mudança da Avaliação Escolar a critérios, notas/conceitos, não analisando um aspecto mais amplo. A avaliação substituiu a filosofia e os objetivos das escolas. Para a Secretaria, tornou-se aspecto administrativo, a fim de adequar ao sistema de

processamento de dados (Projeto Série) para diminuir a permanência do(a) aluno(a) na escola com a disfarçada "promoção automática da avaliação" e para atingir metas estatísticas.

O fato é que neste ano houve mudanças drásticas no sistema de avaliação escolar dos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio. A Secretaria da Educação decide impor arbitrariamente a sua proposta de avaliação, que foi encaminhada às escolas, sem assinatura e identificação oficial do estado. E o que é pior, algumas escolas, sem discussão, já realizaram alteração, mesmo não concordando com ela.

A avaliação imposta pela Secretaria, contrariando a Resolução 023/00 do Conselho Estadual de Educação, aprovada em maio deste ano, tem em seus fundamentos teóricos em que "o aluno não desaprende", com isso, suas notas iniciais no primeiro bimestre não podem ser reduzidas, mesmo que os conteúdos estudados posteriormente, sejam eles completamente diferentes, como o são

na realidade.

Além disso, a Secretaria implantou um programa informatizado para coletar as avaliações dos alunos, que entre outras restrições, não aceita redução de notas, com isso, pode-se afirmar que o princípio fundamental de que os aspectos pedagógicos devem preponderar sobre os administrativos, não existe na Secretaria da Educação.

Essa atitude, porém, fere a Lei do Sistema, a LDB, a Resolução 023/00 do CEE e o Decreto que homologou esta resolução. Portanto, o professor não é obrigado a seguir essa regra criada arbitrariamente pela Secretaria da Educação. Mais uma vez o governo do estado passou por cima das leis.

Por isso, o SINTE orienta os professores a fazerem registros, nos diários escolares, das avaliações realizadas, além de tirar uma fotocópia autenticada, pois em caso de mudanças de notas, este será o documento que comprovará o descumprimento das leis pelo governo do estado.

## Prática e Praxis da Avaliação

Paulo Roberto Gonçalves\*

Ao se fazer análise da escola na sociedade capitalista, identificamos o como é difícil desenvolver um trabalho comprometido com as classes populares, no sentido de proporcionar-lhes condições de os indivíduos tornarem-se cidadãos capazes de compreender a sua condição de classe, que se governem e que sejam capazes de governar. Sabemos que enquanto a escola estiver estruturada nos moldes da sociedade capitalista, como tal, essa tarefa é uma batalha sem data para acabar. É claro e visível que as contradições se colocam no desenrolar deste processo.

Não podemos negar a função reprodutora da escola, mas a questão fundamental está centrada e se dá no interior da sala de aula. Esse é o espaço onde se define o tipo de relação professor-aluno, e nesta relação está traduzida as concepções de homem e de sociedade que estamos construindo, é na relação professor/aluno que se dá o processo de ensino - aprendizagem e onde aparece o processo da avaliação.

Entendemos a avaliação como a atividade que permeia todo o ensino/aprendizagem num processo de resgate e construção permanente do conhecimento, sendo que não é possível pensar a avaliação desvinculada da prática pedagógica e principalmente da prática política - social de cada professor e de cada aluno.

A prática pedagógica - política -

social que cada professor vem adotando, com relação a avaliação, tem muito a ver com as Tendências Educacionais manifestadas durante a história da educação escolar.

Tendências como a Tradicional que visava uma orientação clássico/humanista com predominância religiosa onde predominava a autoridade do professor e o compromisso da escola é com a cultura sendo os problemas sociais pertencentes à sociedade; a Progressivista, educação escolar baseada no "Aprender a aprender" onde o mais importante é o processo do que o saber; a Renovada educação centrada no aluno, "professor facilitador" preocupada com o psicológico; a Tecnista, influencia a educação brasileira a partir da década de 50 e está expressa na legislação (Lei 5.540/68, Lei 5692/71) onde os conteúdos a serem trabalhados na escola são ordenados numa seqüência lógica, com o uso de manuais (apostilas, livro didático...) nesta o professor transmite e o aluno recebe a matéria.

A Progressista tem duas vertentes: a Libertadora onde os conteúdos são trabalhados a partir de "temas geradores", inspirada a partir de Paulo Freire, com caráter politizador, elimina a relação de autoridade do professor sobre o aluno criando uma relação de corresponsabilidade, e a crítico/social, onde "uma aula começa pela constatação da prática social, seguindo a tomada de consci-

ência dessa prática", o conhecimento resulta da troca de experiência/interação entre o meio e o sujeito, o professor é o mediador.

A partir destas tendências a prática da avaliação está vinculada, ainda que inconscientemente, a valores, concepção de homem, de sociedade, concepções estas incorporadas de tal forma que se apresentam hoje como "naturais". Mas o que aparenta ser "natural", já vem sendo denunciado há alguns anos, por educadores de renome, e no caso pelo nosso sindicato.

O SinTE, em conjunto com o movimento dos professores, vem neste últimos anos realizando encontros, seminários, conferências... para denunciar as práticas tradicionais, tecnicistas e autoritárias do sistema escolar no que diz respeito ao processo de avaliação implantado pela Secretaria de Educação, e, junto com entidades e órgãos ligados à Educação, como as Universidades e o Conselho Estadual de Educação, vem construindo um processo de avaliação que garanta o acesso, a permanência e o avanço de todos os alunos numa escola de qualidade a serviço dos interesses da classe trabalhadora de Santa Catarina.

\* Mestre em Educação, Especialista da rede estadual em Caçador e diretor do SINTE/SC

# Estatuto e PCCS dos trabalhadores em Educação serão reformulados

A Comissão de Reformulação do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários), composta pelo SINTE/SC e por representantes do governo do estado, iniciou os trabalhos no final de julho, com prazo de término até dezembro deste ano, a fim de ter seus resultados enviados para votação na Assembléia Legislativa no início do próximo ano. A Comissão foi proposta pelo governo durante a greve, como resposta à reivindicação do piso de R\$ 744,00 para a categoria.

O objetivo do SINTE/SC na Comissão é manter os atuais direitos e ampliá-los, ao contrário do governo, que pretende alterar o PCCS para tirar direitos, uma vez que quer adequá-lo às reformas constitucionais.

Para alterar o Plano de Carreira é preciso, antes, modificar o Estatuto do Magistério. Por isso, foram listados, tanto pelo governo como pelo sindicato, os itens a serem alterados. Em muitos pontos o sindicato ainda não tem posição definida em suas instâncias, por isso, estão sendo realizados seminários em todas as regionais, e também com os integrantes do Conselho Deliberativo, no dia 28 de outubro. Após cada reunião o SINTE fará um boletim que será enviado às escolas e também

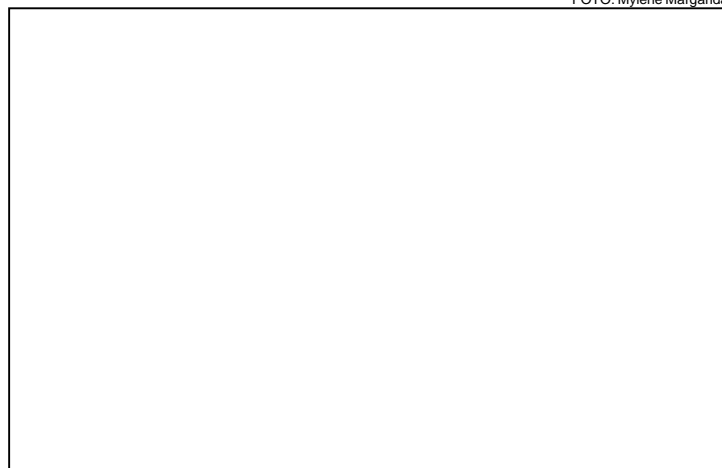


FOTO: Mylene Margarida

Governo propôs a Comissão durante a greve da categoria

disponibilizado na página do SINTE na Internet ([users.matrix.com.br/sinte-sc](http://users.matrix.com.br/sinte-sc)).

Todas as reformulações, dizem respeito à vida funcional dos trabalhadores em Educação. Portanto, haverá divergências profundas com o governo. Por isso, é preciso que todos estejam atentos e participando das discussões promovidas pelo Sindicato para que, quando as mudanças propostas derem entrada na Assembléia Legislativa, todos saibam o seu conteúdo, facilitando assim, o processo de mobili-

zação necessário para garantir e ampliar os direitos da categoria.

A comissão já tem duas importantes definições: uma é o Regime de Contratação para Funcionários de escolas e professores ACTs, que passará a ser o estatutário, e a outra é a criação de cargos de funcionários na Educação, uma vez que existem, hoje, 8 mil professores afastados da sala de aula, em atividades burocráticas e administrativas das escolas, CRES e SED, segundo a própria Secretaria.

## OS ITENS PROPOSTOS PELO SINTE A SEREM ALTERADOS SÃO OS SEGUINTE:

- 1 – Incentivo salarial e carreira para o exercício e permanência do/a trabalhador/a em Educação na rede pública estadual
- 2 – PCCs único para todos os trabalhadores em Educação
- 3 – Garantia de todos os direitos adquiridos
- 4 – Condições dignas de trabalho
- 5 – Paridade salarial entre ativo e aposentado
- 6 – Criação de cargos de funcionários de escolas.

## A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DESTACOU 65 ITENS DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO A SEREM ALTERADOS, QUE O SINTE AGRUPOU EM APENAS 13:

- 1 - Definição de cargos do magistério
- 2 - Ingresso – periodicidade do concurso, tempo para movimentação, competência para posse, lotação e estágio probatório
- 3 - Afastamentos – afastamentos legais, para especialização e atualização, readaptação, transferência, perda de lotação, vacância.
- 4 - Remoção
- 5 - Averbação do tempo de serviço
- 6 - Direitos e vantagens – adicional por tempo de serviço, gratificações, teto salarial, perda de vencimentos, ajuda de custo, salário família
- 7 - Licenças – por doença, trato de assuntos particulares, licença prêmio.
- 8 - Estabilidade
- 9 - Aposentadoria
- 10 - Assistência e Previdência
- 11 - Infrações
- 12 - Faltas ao serviço
- 13 - Jornada de trabalho

## E A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO AGRUPOU-OS EM 7 GRANDES EIXOS:

- 1 - Definição do Regime Jurídico – relação contratual obrigacional/relação jurídica entre Estado e Servidor (Estatutário ou Celetista) e previsão de quadro e cargos de funcionários para escolas, CRES e SED
- 2 - Provimento e Vacância – concurso de ingresso
- 3 - Jornada de Trabalho
- 4 - Fixação de distribuição de pessoal (remanejamento e especialistas)
- 5 - Cedência de pessoal
- 6 - Direitos e vantagens – valorização, gratificações, licenças e afastamentos
- 7 - Regime disciplinar.

## Legislativa.

19/05 - Acontece nova audiência entre o governo e Comando de Greve, com a presença da CUT, CNTE e das deputadas estaduais Ideli Salvatti e a pastora Odete. O governo promete pagar o salário atrasado de dezembro de 98, até R\$ 1050,00, em julho e as promoções de 99 nos meses de junho a novembro. O SINTE consegue garantir uma comissão de negociação para discutir o piso e o vale-alimentação.

22/05 - Em reunião da Comissão de Negociação são questionados os números apresentados pelo governo, principalmente a base de cálculo de Receita e Despesa com a Lei de Responsabilidade Fiscal. O governo pede para discutir o assunto com técnicos da Secretaria da Fazenda.

23/05 - São realizadas duas reuniões, uma pela manhã, na Secretariada Fazenda e outra à tarde na Secretaria da Educação. Na primeira reunião a Assessoria Técnica da Secretaria da Fazenda afirma que o estado não gasta 60% com a folha de pagamento do funcionalismo público. Na segunda reunião o governo apresenta balancetes falsificados a fim de provar que não tem margem legal para conceder aumento. Encerra as negociações e vai para as TVs atacar os gevistas. É montado um acampamento na Secretaria da Educação.

25/05 - Os professores grevistas recebem seus salários descontados. Os valores recebidos variam de R\$ 15,00 a R\$ 40,00. O SINTE lança campanha Ajude um Professor a Sobreviver. A campanha é veiculada nos dias 25 e 26 nos quatro canais de TV no estado com o seguinte texto: **Ajude um professor a sobreviver! O governador Amin não fala a verdade, não negocia e não paga os salários. Este mês o**

**Magistério vai passar fome! Alimentos nos postos de sua região ou visite qualquer quantia na 654-0, Agência 1078, da Econômica Federal. Os**

professores e suas famílias agradecem!

O SINTE envia para a imprensa e órgãos do estado uma nota de esclarecimento, respondendo aos ataques do governo. Os pais de alunos fazem um documento ao governo declarando que não aceitam a contratação de professores substitutos e que não enviam seus filhos às escolas em repúdio a esse ato.

31/05 - O Comando de Greve reúne-se pela manhã. O governo anuncia audiência para o dia 1º/06. À tarde é realizada uma grande manifestação conjunta com os servidores federais em greve, que reúne cerca de 10 mil trabalhadores. No final da tarde o governo diz que a audiência não será com o SINTE, apenas com deputados. À noite é feita vigília em frente ao Palácio Santa Catarina, com velas acesas, a fim de pressionar o governador a receber o Comando de Greve.

1º/06 - O governador recebe uma comissão de deputados, que vai tentar reabrir as negociações. É anunciada audiência com a Secretária da Educação, para a tarde, quando é proposta a formação da Comissão de Reformulação do PCCS (SINTE e governo), como resposta ao piso salarial. O governo garante o pagamento do vale-alimentação imediatamente. Já estavam sendo realizados estudos para definir o valor. Além disso, mantém a proposta de pagar o salário atrasado de dezembro de 98 para quem recebe até R\$ 1050,00, no mês de julho; e as promoções de 99, no meses de junho a novembro e a devolução dos descontos para quem apresentar calendário de reposição.

05/06 - Com a garantia de pagamento do vale-alimentação, o SINTE discute com a Secretaria da Educação critérios para reposição das aulas.

06/06 - A Secretária da Educação recebe o Comando de Greve e afirma que o governo não irá conceder o vale-alimentação imediatamente, apenas em 2001, para todos os servidores, através de projeto de lei a ser enviado para a AL no segundo semestre.

07/06 - O magistério realiza Assembléia Estadual, em Chapecó, e decide pela suspensão da greve.

# Alguns itens do Estatuto do Magistério a serem reformulados

	COMO É HOJE	PROPOSTA DO GOVERNO	PROPOSTA DO SINTE
Cargos	Professor, Especialista, Consultor Educacional e Assistente Técnico Pedagógico	Professor, Especialista, Consultor Educacional, Assistente Técnico Pedagógico e Funcionários de Escola	Cargo: Professor Função: - docente - especialista Cargo: Agente da Educação Função: - em discussão
Concurso de Ingresso	de 2 em 2 anos	de 3 em 3 anos	Anual
Estágio Probatório	2 anos pelo Estatuto 3 anos pela Reforma Administrativa	3 anos	Manter 2 anos e considerar o tempo de ACT
Licença Prêmio	A cada cinco anos, três meses de licença	Extinguir	Manter
Aposentadoria	Aos 25(mulheres) e 30 (homens) anos de serviço até 15/12/98	Adequar à Reforma da Previdência: 25 anos de serviço e 48 de idade, para mulheres e 30 de serviço e 53 de idade para homens	Manter aposentadoria aos 25 anos de serviço, incluindo o tempo de atividade fora da sala de aula
Assistência e Previdência	O estado atenderá a seguridade do membro do magistério ativo, inativo e dependentes	Criar Fundo de Previdência e PLAM	Manter o IPESC como Fundo de Previdência e Assistência Médica
Jornada de Trabalho	10, 20, 30 e 40 horas semanais	Extinguir 10 e 30 horas	40 horas para todos, com 50% de hora-atividade para séries iniciais e 40% para 5ª a 8ª e 2º grau
Triênio	3%, limitado a 36%	Extinguir	Manter com 6%
Gratificações	Natalina (13º salário)	Extinguir	Manter
	Aulas Excedentes	?	Extinguir
	-	-	Incluir gratificação por difícil acesso e dedicação exclusiva

## PCCS

### Principais pontos a serem discutidos que terão polêmica

- ✓ Estrutura de tabela salarial;
- ✓ Progressão funcional;
- ✓ Piso salarial;
- ✓ Diferença entre piso e teto.



## EXPEDIENTE

Este jornal é uma publicação do SINTE/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de SC  
Filiado à CUT e à CNTE  
Endereço para correspondência: Rua Júlio Moura, 39 - Centro - Florianópolis/SC - FONE: (48) 224-6257 - FAX: (48) 222-7590  
Home-page: [users.matrix.com.br/sinte-sc](http://users.matrix.com.br/sinte-sc) - E-mail: [sinte-sc@matrix.com.br](mailto:sinte-sc@matrix.com.br)

### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidenta: Marta Vanelli - Vice-presidente: Lia Pionner - Secretária de Finanças: Anna Julia Rodrigues - Secretária Geral: Miriam Darós - Secretária de Imprensa e Divulgação: Aneli Remus Gregório - Secretário de Saúde e Políticas Sociais: Jaime Paladini - Secretária da Mulher: Hênia Locks - Secretário de Formação e Política Sindical: Paulo Roberto Gonçalves - Secretário de Organização e Interior: Ana Maria Ribas  
EDITORA: Mylene Margarida - SC00318JP  
IMPRESSÃO: Gráfica Riosul